



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL
CBH-LITORAL SUL

1

Ata da 1ª Reunião Extraordinária do CBH-LS no ano de 2017

2 Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às 8h00min,
3 no Auditório do Departamento de Estradas e Rodagens, situado na Av. Ministro José
4 Américo de Almeida, realizou-se a **1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacias**
5 **Hidrográficas do Litoral Sul**. Após checar o quórum, a *Sra. Silene Ximenes*
6 *(FUNASA - Presidente do CBH-LS)* deu início com a leitura da pauta: **1. Abertura; 2.**
7 **Leitura e aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária de 2017; 3. Informes da**
8 **Diretoria; 4. Eleição para 2º Secretário Geral do CBH-LS; 5. Apresentação sobre**
9 **Pagamento por Serviços Ambientais – PSA (Prof.ª Maria Limeira – UFPB); 6.**
10 **Apresentação sobre o Processo de elaboração do Termo de Referência Modelo**
11 **para licitação dos Planos de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas do estado**
12 **da Paraíba (representante da AESA); 7. Palavra facultada.** Logo em seguida, foi
13 realizada a leitura e aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária do CBH-LS,
14 considerando as devidas alterações. Iniciando os informes da diretoria, a *Sra. Silene*
15 *Ximenes (FUNASA - Presidente do CBH-LS)* informou que a comissão de gestão de
16 proteção do rio marés solicitou ao comitê um representante para acompanhar as ações
17 realizadas. Ficou decidido que o CBH-LS será representado pelos seguintes membros:
18 *Sr. João Paulo (CREA)* titular e *Leonardo Leite (CAGEPA)* suplente. Dando
19 continuidade aos informes, no dia 15 de setembro aconteceu uma reunião com os
20 membros do fórum, onde foi aprovado o regimento do Fórum de Comitês de Bacias
21 Hidrográficas da Paraíba; no dia 27 de setembro aconteceu a primeira reunião do GT de
22 acompanhamento do TDR, onde foi decidido como o grupo trabalharia, como seriam as
23 reuniões, os objetivos e etc.; na segunda reunião do GT de acompanhamento do TDR
24 quem representou o CBH-LS foi o *Sr. Pedro José (Prefeitura de Pedras de Fogo)*; no
25 dia 25 de outubro aconteceu a reunião do conselho Estadual de Recursos Hídricos -
26 CERH, a qual não contou com representante do CBH-LS devido a outros compromissos
27 assumidos; no dia 26 de outubro houve uma reunião com a câmara de extensão e cultura
28 do IFPB na décima segunda semana de educação, ciência e tecnologia, a qual tinha
29 como objetivo de aproximar a academia com os municípios; do dia 16 a 20 de outubro
30 aconteceu oficina da ASSEMAE em parceria com a FUNASA para a criação e

31 estruturação de serviços municipais e intermunicipais de saneamento básico, que contou
32 com a participação de alguns membros do CBH-LS; no dia 31 de outubro aconteceu
33 uma reunião informal com *Sr. Ângelo José (Observatório de Governança das águas)*;
34 no dia 01 de novembro aconteceu o VI Encontro Estadual de Comitês de Bacias
35 Hidrográficas da Paraíba; no período de 7 a 10 aconteceu o XIX Encontro Nacional de
36 Comitês de Bacias Hidrográficas, na cidade de Aracaju – SE, o CBH-LS foi
37 representado pelos seguintes membros: *Sr. Pedro José (Prefeitura de Pedras de Fogo)*
38 e o *Sr. Cleiton Carneiro (Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente*
39 *de Pitimbu)*. Em relação ao 2º Secretário Geral do CBH-LS, o Sr. Siese de Meer
40 precisou se afastar da sua atividade com o comitê. A *Sra. Silene Ximenes (FUNASA -*
41 *Presidente do CBH-LS)* perguntou ao plenário quem tem interesse em colaborar com a
42 diretoria colegiada do CBH-LS, na vaga de 2º Secretário Geral, a *Sra. Ana Cristina*
43 *(UFPB)* manifestou interesse, sendo aprovado por aclamação. A *Sra. Silene Ximenes*
44 *(FUNASA - Presidente do CBH-LS)* solicitou uma inversão de pauta devido a
45 necessidade da *Sra. Rejane (AESAs)* ter que se ausentar mais cedo. A apresentação da
46 *Sra. Rejane (AESAs)* teve o objetivo de informar aos membros sobre a elaboração do
47 Termo de Referência Modelo (TDRM). De acordo com o TCU, o TDR é um documento
48 elaborado a partir de estudos técnicos e preliminares que devem conter os elementos
49 necessários e suficientes para caracterizar o objeto em licitação. A primeira etapa foi a
50 contratação do consultor, o Prof. José Reynolds. A elaboração do TDRM tem que
51 contar com transparência, legalidade, objetividade e economicidade. A *Sra. Rejane*
52 *(AESAs)* chamou atenção a economicidade, pois a escolha do tipo de dado que será
53 utilizado tanto no TDRM como no Plano poderá aumentar o custo significativamente.
54 Um plano hoje está estimado em 200 mil reais por bacia, de acordo com especialistas.
55 Podemos conseguir economizar recursos com algumas escolhas, por exemplo, utilizar
56 dados secundários para fazer o mapeamento de solo necessário para elaboração do plano
57 de recursos hídricos. A obtenção de dados primários é mais difícil e mais caro do que
58 utilizar os dados que já foram utilizados em outros trabalhos, que são os dados
59 secundários. A *Sra. Renata Hellen (Elizabeth Porcelanato)* perguntou se as
60 universidades poderiam ajudar na obtenção desses dados, a *Sra. Rejane (AESAs)*
61 respondeu que existem algumas questões legais que complicam a contratação de
62 algumas instituições, mas no futuro podem ser desenvolvidas parcerias para elaboração
63 do plano. A *Sra. Rejane (AESAs)* continuou sua apresentação com um breve histórico
64 sobre a elaboração do TDRM com data de vigência de contrato 18 de setembro de 2017,

65 prazo de execução 120 dias após o início de vigência, o objetivo da consultoria seria
66 elaboração do TDRM e articular junto a AESA. O fluxograma de trabalho ficou
67 dividido inicialmente em criação dos GT's com o plano de trabalho; início das reuniões
68 da AESA com os membros dos comitês e técnicos; formatações das minutas com as
69 informações que deveriam ser inseridas ou retiradas. Quando concluir as reuniões para
70 elaboração do TDRM, será realizada uma reunião ampliada com os técnicos da AESA,
71 o consultor e comitês. Depois de todos os ajustes o TDRM será encaminhado para
72 AESA para que seja oficialmente aprovado. A seguir foi apresentada a metodologia do
73 trabalho para elaboração do TDRM. Na 1ª Reunião GTAE em 27 de setembro teve
74 como objetivos a apresentação da equipe, definição dos grupos de trabalho e suas
75 respectivas atribuições, explanação sobre a metodologia do trabalho e pactuação prévia.
76 O **Sr. Francisco Carlos (Prefeitura de Pitumbu)** perguntou se o TDRM necessita da
77 homologação dos comitês. A **Sra. Rejane (AESA)** respondeu que as informações não
78 precisam ser aprovadas por plenária, só precisam ser socializadas. A 2ª Reunião do GT
79 para acompanhamento da elaboração do TDRM contou com a apresentação dos novos
80 membros, resumo das atividades, explanação sobre a metodologia do trabalho,
81 contribuição e debates: estrutura do TDRM e novas pactuações. As apresentações das
82 contribuições foram enviadas por e-mail. Foi deixado claro na segunda reunião que o
83 TDRM será genérico e as especificidades locais serão consideradas no momento do
84 ajuste de cada TDR para suas respectivas bacias, o que deve acontecer levando em
85 conta os materiais disponíveis sobre a região e as informações colhidas em cada comitê.
86 Ou seja, mais na frente cada comitê acrescentara ou irá retirar informações a respeito de
87 cada bacia específica. A **Sra. Rejane (AESA)** passou a palavra para o **Sr. José Reynolds**
88 **(Consultor do TDRM)** que apresentou os componentes essenciais dos planos de bacias,
89 como, objetivo do plano que é tentar buscar o equilíbrio entre o que tem disponível de
90 água e o que tem de demanda. O plano em qualquer lugar do mundo tem seu esqueleto
91 igual para todas as bacias, necessita de um diagnóstico da demanda, disponibilidade de
92 recurso e os conflitos. Com o diagnóstico em mãos, devemos definir os cenários que
93 poderão ocorrer no futuro tanto em termo de clima como em termo de crescimento da
94 demanda. Depois de definir o cenário da bacia, deve-se realizar o planejamento dos
95 programas, ações e um cronograma com um fim de conter ou reduzir as perdas. Então o
96 plano é um trabalho longo, podendo ser mais ou menos caro, dependendo de algumas
97 coisas que foram comentadas pela **Sra. Rejane (AESA)**. Alertou sobre o cuidado com o
98 que inserir para o plano não ficar com informações desnecessárias. O responsável maior

99 pelo plano é o comitê, por isso é necessário ter a participação desde o início do comitê.
100 A elaboração do plano, que será feito por meio de licitação, é um instrumento
101 fundamental para a gestão dos recursos hídricos da bacia. Por isso a Agência Nacional
102 de Águas - ANA colocou no PROGESTÃO metas para a elaboração dos Planos de
103 bacias, afirmou o Prof. Reynolds. O tempo de vigência para cada plano é de 20 anos,
104 mas deve ser revisado. Está sendo feito a licitação da atualização do Plano Estadual de
105 Recursos Hídricos da Paraíba. Concluindo, a finalidade do TDRM é subsidiar a
106 contratação para os planos de bacias. A **Sra. Silene Ximenes (FUNASA - Presidente do**
107 **CBH-LS)** apresentou a próxima palestrante, a **Sra. Maria Limeira (Professora da**
108 **UFPB)**, que iniciou falando sobre a importância da participação de todos os membros
109 para a elaboração dos planos de bacias. Sua apresentação teve como objetivo passar
110 informações a respeito da elaboração do projeto de Pagamento por Serviços Ambientais
111 e mostrar os motivos da escolha da bacia do Gramame como pioneira. Inicialmente o
112 tipo de uso da bacia do Gramame é para o abastecimento da grande João Pessoa; na
113 bacia do rio Gramame, Pedras de Fogo tem maior participação territorial dentro da bacia
114 e também apresenta a maior área plantada entre os municípios da bacia. A seguir,
115 mostrou imagens de degradação das matas ciliares, extração clandestina de areia do
116 leito do rio. **O Sr. Antônio Brito (Defesa Civil)** falou que há uma falta de planejamento
117 de reflorestamento com participação direta do agricultor. A **Sra. Maria Limeira**
118 **(Professora da UFPB)** afirmou que o projeto de PSA conta com uma adesão voluntária
119 e um planejamento para reflorestamento por parte dos produtores. Também comentou
120 que nos EUA o tesouro direto investe bilhões de dólares para proteger as matas ciliares
121 das áreas urbanas. Na sequência mostrou a importância de manter a sinuosidade do
122 percurso do rio, para a manutenção da fauna e flora. Foi discutido entre os membros que
123 as vezes o produtor rural não possui conhecimento do dano ambiental que está
124 causando, sendo necessário a conscientização dos produtores. A respeito dos estudos
125 sobre a questão da restauração do rio Gramame conta com o Plano Diretor de Recursos
126 Hídricos da Bacia do Rio Gramame (2000), dissertações e teses sobre aspectos técnicos
127 e sociais da bacia feitos pelo Laboratório de Recursos Hídricos e Engenharia Ambiental
128 LAHRENA/UFPB, identificação das nascentes na bacia através de imagem de satélite
129 com apoio do Fórum de Proteção do Gramame (2016) e o Plano Estadual de Recursos
130 Hídricos/PB elaborado pela Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da
131 Paraíba – AESA. A **Sra. Maria Limeira (Professora da UFPB)** defendeu que tem que
132 mudar a forma de gestão das bacias, com a criação de uma agência de bacia, pois o

133 comitê é um instrumento deliberativo que sempre está dependendo de outras
134 instituições. A **Sra. Maria Limeira (Professora da UFPB)** Dando continuidade a
135 apresentação explicou os tipos de serviços ambientais que poderiam ser realizados em
136 um projeto de serviço ambiental: regulação do fluxo hídrico, manutenção da qualidade
137 da água, controle da erosão e sedimentação, manutenção do habitat aquático, atração da
138 fauna silvestre, conectividade de corredores biológicos, redução de CO₂, fixação do
139 CO₂, regulação do regime de chuvas e outros serviços culturais. O PSA no Brasil é
140 utilizado para reduzir principalmente a erosão e sedimentação, conseqüentemente,
141 aumentando as vazões dos rios, e é de caráter voluntário. Foi comentado também da
142 dificuldade de implantação do projeto de PSA pelo Programa Produtor de Águas da
143 ANA, pelo fato de que critério de seleção dos projetos tem como maior peso a condição
144 do município já contar com um projeto ambiental. Principais práticas mecânicas
145 barreiras de matas ciliares, gestão ou exclusão da pecuária, plantação e modelagem de
146 barreiras e restauração do serpentear do rio. Foi apresentada uma síntese das etapas da
147 implantação dos projetos. Apresentação da área de estudo para PSA em Pedras de Fogo.
148 A proposta de PSA conta com o conceito de custo de oportunidade. Apresentação da
149 comparação dos três métodos de PSA no Brasil e da proposta para o Município de
150 Pedras de Fogo realizada em 2010. O Sr. Tales (Coteminas) questionou quais os
151 indicadores para comparar as melhorias, como calcular e quem vai calcular esses
152 indicadores a respeito dos benefícios da aplicação do PSA. O **Sr. Filipe (UFPB)**
153 respondeu que o próprio manual do programa produtor da ANA já apresenta parâmetros
154 e formas de como calcular os indicadores. A seguir, a **Sra. Maria Limeira (Professora**
155 **da UFPB)** apresentou as ações que podem ser financiáveis, como; adequação de
156 estradas rurais, terraceamento agrícola, construção de bacias de captação, infiltração de
157 água de chuva e retenção de sedimentos, cercamento de remanescentes florestais e das
158 áreas em regeneração, plantio de mudas, saneamento rural. Já as não financiáveis, são
159 equipamento e material permanente, taxa de administração gerência e/ou similar,
160 elaboração, etc. Apresentou o exemplo de PSA da bacia de Piriripau (DF) e uma
161 pesquisa realizada a respeito dos aspectos positivos e negativos do programa de PSA.
162 Finalizou a apresentação explicando o Arranjo Institucional elaborado pelo Fórum de
163 Proteção do Gramame. A **Sra. Leticia (Prefeitura do Conde)** afirmou que o município
164 poderia obter recursos de empresas inadimplentes e sugeriu que o comitê realizasse um
165 workshop convidando alguém com experiência na implantação do PSA ou então enviar
166 alguém do comitê para ganhar mais conhecimento sobre o assunto e repassar aos

167 membros. O *Sr. Tales (Coteminas)* questionou se a CAGEPA não seria uma interessada
 168 em ser pagadora no PSA, já que a instituição tem que pagar as outorgas que estão em
 169 aberto e teria um retorno em termos de qualidade de água. A *Sra. Silene Ximenes*
 170 *(FUNASA – Presidente do CBH-LS)* colocou a manifestação de interesse por meio de
 171 ofício ao comitê da Brennand cimentos como usuário de água, representada pela *Sra.*
 172 *Cicelia* e como não foram preenchidas as vagas de suplentes do segmento dos usuários
 173 de água acredito que não tenha problema dela ficar como suplente, o plenário concordou
 174 com a inclusão da Brennand Cimentos, ficando apenas a *Sra. Maraci (AES)* verificar
 175 a legalidade Nada mais havendo a tratar. Eu, *Maria Edelcides Gondim de Vasconcelos*,
 176 Secretária Geral desta Plenária, lavrei a presente ATA que depois de lida e aprovada
 177 será acompanhada da lista com as assinaturas dos presentes.

Poder Público Federal	
Titular	Suplente
Silene Lima Dourado Ximenes Santos FUNASA	Rodrigo Dutra Escarião IBAMA
Poder Público Estadual	
Titular	Suplente
Joacy Mendes Nóbrega AES	Vago
George Sabóia Marinho Lúcio Defesa Civil Estadual	Vago
Poder Público Municipal	
Titular	Suplente
Antônio Loureiro Cavalcante Prefeitura Municipal de Caaporã	Vago
Aurora Maria Figueiredo Coelho Costa Prefeitura Municipal de Conde	Cogézio de Jesus do Nascimento Prefeitura Municipal de Alhandra
Pedro José César Lima Prefeitura de Pedras de Fogo	Vago
Francisco Carlos de Figueiredo Pinheiro Prefeitura Municipal de Pitimbu	Vago
Sociedade Civil	
Titular	Suplente
Siese de Meer Associação Comercial Ind. e de Serviços de Conde-PB	Vago
Luís Augusto de Lima Santos ASPLAN	Vago
João Paulo Neto CREA-PB	Vago
Domingos de Lélis Filho FAEPA	Vago
Maria Edelcides Gondim de Vasconcelos	Vago

IFPB	
Maria Angela Barros Moraes Movimento SOS Rio Cuia	Vago
Jaques ferreira dos Santos Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitimbu	Cleiton Carneiro da Silva Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Pitimbu
Ana Cristina Souza da Silva UFPB	Vago
Usuários de água	
Titular	Suplente
Mírian Flávia de Lira Agro Industrial Tabu S.A.	Vago
Genaldo Henriques de Andrade Júnior Alpargatas S/A	Vago
Simão Pedro de Sousa Aragão Marques AMBEV S.A.	Vago
Wanessa Cabral Leite Biosev S.A.	Vago
Leonardo Leite Brasil Montenegro CAGEPA	Vago
Júlio Saraiva Torres Filho Coteminas S.A.	Vago
José Augusto dos Santos Edivânia da Silva Gomes	Vago
Renata Hellen de Oliveira Gabriel Elizabeth Porcelanato Ltda	Vago
Robinson Noronha Ramos Refrescos Guararapes Ltda	Vago
Breno Andrade de Matos Júnior Severina Zezita Souza de Matos	Vago